

**A FORMAÇÃO DE UMA CULTURA DE CLASSE: UMA HISTÓRIA SOCIAL  
DOS ESTUDANTES UNIVERSITÁRIOS EM SERGIPE (1950-1987)**

José Vieira da Cruz  
Doutorando em História Social/UFBA  
[Josevieiradacruz@uol.com.br](mailto:Josevieiradacruz@uol.com.br)

Encerrando, faço votos no sentido de que entre os estudantes de Sergipe haja a mais sadia cooperação em prol de nossa classe, em defesa do progresso do Brasil. (Ofício expedido pelo Diretório Acadêmico da Faculdade Católica de Filosofia de Sergipe em julho de 1951)

As palavras de encerramento do ofício encaminhado por Manuel de Santiago Menezes, presidente da primeira diretoria do Diretório Acadêmico da Faculdade de Filosofia de Sergipe, em julho de 1951, às instituições congêneres ressaltam, entre outros aspectos, o entendimento de que os estudantes constituíam uma classe e como tal deveriam lutar “em prol” de seus interesses e do interesse do progresso do Brasil. Em torno dessa afirmação, pode-se indagar se os estudantes formam uma classe específica e se a idéia de classe seria apropriada para elaborar um recorte histórico para entender a organização, a atuação política e o élan social tecido entre eles, como costumava se referir.

Uma primeira alegação a respeito da impropriedade desse uso se assentaria no argumento de que os estudantes, em regra, ainda não estariam inseridos no mercado de trabalho e que sua condição social de origem não seria suficiente para definir suas práticas associativas nos moldes de uma cultura de classe. Um segundo argumento, de ordem teórica, poderia questionar os limites das discussões de classe no que tange a possibilidade de interpretação de registros históricos atinentes a um fenômeno social transpassado por questões relacionadas a discussões de geração, gênero, raça, condição social de origem e, sobretudo, por debates de ordem ideológicos e memorialísticos. A estes argumentos pode-se, ainda, agregar a discussão acerca da condição de transição exercida pelos estudantes, uma vez que eles estariam, também, preparando-se para assumir uma posição na sociedade. A partir destas indagações, a noção de classe seria problemática e insuficiente para entender os meandros de uma história social de estudantes sejam eles universitários e/ou secundaristas.

Por outro lado, os estudos relacionados aos estudantes e às suas formas de ação coletiva, sejam elas no plano cultural ou no plano político, tem sido pensado a partir de definições conceituais de cunho psicológico, sociológico e mesmo antropológico como faixa etária, juventude, geração, identidade cultural entre outras formas de categorização. Estas formas, invariavelmente, têm esbarrado em imprecisões, ambiguidades e generalizações de toda ordem. Dificuldades teóricas que oscilam entre posturas evocativas de determinismos biológicos, econômico-político ou de excessos relativistas (GROPPO, 2001).

Adotar qualquer um desses tipos de crítica quanto a limitações do uso da noção de classe para entender a história social dos estudantes, assim como de seus movimentos, significaria não reconhecer aquilo que o historiador social E. P. Thompson apontou como a excessiva prevalência da teoria “sobre o fenômeno histórico que se propõe teorizar” (2001, p.270). Postura que desloca a importância dos estudos sobre a “classe” e sobre a “consciência de classe” do processo histórico de sua constituição para o âmbito abstrato do enquadramento teórico. Para Thompson, na história “nenhuma formação de classe específica é mais autêntica ou mais real que outra. As classes se definem de acordo com o modo como tal formação acontece efetivamente (2001, p. 277).

Neste sentido, pensando do ponto de vista de um historiador social, a interpretação da teia de significados possíveis a respeito dos estudantes e dos movimentos dos quais tomam parte, deve ser buscada à luz do contexto histórico em que ocorreram. Entendendo, assim, os estudantes universitários como sujeitos constituídos e constituidores de experiências e de expectativas construídas a partir de processos sociais, políticas e culturais partilhados e disputados em determinado tempo e espaço social.

O objetivo desta pesquisa, portanto, é compreender a partir da noção de classe, no sentido pensado por Thompson, as experiências e as expectativas forjadas entre os estudantes universitários sergipanos na formação de uma cultura de classe no período de 1950 a 1987. A delimitação destes marcos temporais toma, como ponto inicial, os primeiros documentos escritos produzidos pelos estudantes universitários organizados em instituições de cunho representativo nos idos de 1950 e, como ponto final, os documentos relativos a participação dos estudantes universitários nos movimentos de redemocratização da sociedade brasileira até 1987. Recorte final, estabelecido, a princípio, pelo limite da documentação disponível.

Logo, esta reflexão tece, ainda que de modo parcial, uma discussão sobre as possibilidades do uso da noção de classe para pensar a história social dos estudantes universitários em meio ao debate historiográfico existente sobre o tema. E, por fim, a possibilidade de enlace da noção de classe no exame da documentação escrita e das fontes orais a respeito dos estudantes universitários, de suas ações e dos movimentos de que eles tomaram parte no período em estudo.

Problematizar a noção de classe não significa negligenciar a possibilidade de discuti-la enquanto campo de discussão. Na construção de uma reflexão a respeito da formação de uma cultura de classe partilhada e disputada entre os estudantes universitários, ainda que, essa noção venha acompanhada de outras clivagens, como a discussão de memória, gênero, ideologias é necessário especificar as diferentes lutas, demandas que os estudantes e seus movimentos tenham protagonizado. A respeito da natureza de classe assumida pelos estudantes, ao se referir as especificidades que algumas lutas estudantis assumiram no contexto de resistência à ditadura militar no Brasil dos anos 60 e 70, Décio Saes reconhece que essas lutas específicas “nem por isso deixam de ser lutas de uma classe, ou fração de classe” (1978, p.190).

As possibilidades ou impossibilidades de incorporar a noção de classe para trabalhar experiências e expectativas de sujeitos históricos e de seus interesses, ainda que não inteiramente vinculados ao econômico, segundo Karl Marx (2002), em “O 18 Brumário de Luis Bonaparte”, não podem ser estabelecidas somente a partir da vinculação a condição econômica existindo outras possibilidade de percepção dos interesses de uma posição de classe ou de frações desta. E neste sentido, a noção de “classe” pode ocorrer independente de um explícito vínculo econômico. Para Eric Hobsbawm, o sentido mais geral das gradações que perpassam a noção de classe reconhece que a realidade social é múltipla e variável e “os estudos sobre classes, a menos que se limitem a um aspecto deliberadamente restrito e parcial, são análises da sociedade” (2007,p.99). Desta forma, a noção de classe, em particular da formação de uma cultura de classe entre os estudantes universitários, toma de empréstimo a perspectiva empregada por E. P. Thompson para entendê-la como “uma categoria histórica, ou seja, derivada de processos sociais através dos tempos” (2001, p.270).

Em razão disso, a distorção produzida sobre o exame da noção de classe a partir de categorias como base e superestrutura é infundada na compreensão de Thompson. Explicações do tipo base versus estrutura, quando não encaixada com a realidade estudada, demanda a supressão da parte válida ou a introdução da perspectiva

da “falsa consciência”. Afirmção que para ele também não tem sentido, pois a consciência de classe é um processo histórico cuja formação ocorre a partir dos processos sociais nos quais o indivíduo toma parte. Assim, a formação de uma cultura de classe é forjada a partir das experiências e expectativas partilhadas e disputadas pelo sujeito em interação com os processos sociais do tempo e do lugar em que vive.

Para Susane Desan, Thompson “não enfatiza as explicações causais diretas, em vez disso, procura criar uma espécie de textura de padrões culturais de significado e percepção” (1995, p.73). Postula, assim, uma interação dialética entre experiência e a consciência. Sendo seu entendimento de experiência definido pelo lugar ocupado pelo ser social no campo das estruturas humanas no mundo material. Neste sentido, o ser social determina a consciência social. Desta forma, a leitura de Susan Desan da obra de Thompson, revela como ele procura demonstrar a racionalidade, autonomia e coerência dos ativistas populares. E, desta forma, percebe como a análise política de grupos do passado, a partir da noção de cultura de classe, pode conter chaves explicativas para o presente. Perspectiva que permite não enjaular as possibilidades interpretativas que um estudo sobre a noção de cultura de classe pode proporcionar.

Por isso, a questão a ser discutida é como desinterditar os estudos históricos sobre os estudantes das indefinições e imprecisões conceituais e aproximá-lo de uma abordagem mais pertinente da história social sem cair em descritivismos. Uma perspectiva aceitável seria não enquadrar a idéia de uma cultura de classe estudantil a uma categorização estruturalista de cunho econômico-político, tipo base versus estrutura, ou próximo ao relativismo comum aos antropólogos. Ensejando o que, até aqui, foi discutido o mais apropriado é o entender essas categorias, conceitos e noções como instrumentos para compreender tanto os velhos como os novos problemas evidenciados na pesquisa histórica. Em outras palavras, instrumentos, e não moldes interpretativos, das diferentes ações que sujeitos históricos em estudo podem ter tomado parte.

Analisando a literatura produzida a respeito dos estudantes, em particular do movimento estudantil no Brasil, à luz dessas discussões, é possível, mesmo que incorrendo em possíveis equívocos, dimensionar três linhas de interpretações: a primeira linha preocupada em relacionar a imagem “positiva”, que já se fazia, dos estudantes como uma juventude letrada dentro de uma dimensão “progressista”, valorizando, do ponto de vista de uma filosofia da práxis, a condição de vanguarda cultural e política. A segunda preocupada em entender o papel dos estudantes na sociedade situa-os a uma identidade sociológica na qual as ações do movimento

estudantil e dos movimentos da juventude se relacionam às estruturas sociais de classe. E, a terceira, a posição de educadores, antropólogos e psicólogos preocupados em entender os problemas dos estudantes e suas diferentes formas de identidade deslocando o enfoque do campo social para o campo da cultura.

Considerando a intenção deste trabalho nos deteremos um pouco mais nas duas primeiras linhas interpretativas que aqui alinhavamos. A primeira aglutina elementos das discussões relativas à "cultura nacional" e elementos dos debates referentes à "cultura política de esquerda" no país, em uma fase em que se fomentava a eclosão de inúmeros pólos de difusão e interpretação marxista. (RUBIM, 1995). Tais idéias influenciariam estudiosas como Álvaro Vieira Pinto que passou a evidenciar, na conjuntura de discussões do nacional-popular e de crise do populismo, o papel progressista do movimento estudantil na qualidade de "forças sociais ascendentes"(1986:13). O jornalista Artur José Poerner autor do livro "O Poder Jovem", em 1968, também optou pela interpretação progressista assumida por parte dos estudantes latino-americanos em reação aos desmandos e conservadorismo de seus governos e a favor dos operários e camponeses. E, de certo modo, o estudo do historiador Antônio Mendes Júnior (1981), que aplicando o critério do tipo de atuação identificou quatro fases deste movimento: a fase de atuação individual sem a existência de qualquer entidade agremiativa, até meados do período imperial; a fase de atuação coletiva, quando surgem as primeiras sociedades intelectuais e culturais, ainda no período imperial; a fase de atuação organizada iniciada com a fundação da UNE; e a fase de atuação clandestina, iniciada com a entrada em vigor do Ato Institucional N.º 5 (AI-5).

A segunda linha de estudo analisa a situação dos estudantes a partir de discussões econômicas, políticas e sociais. Dentro desta perspectiva, destacam-se autores como Ianni (1962), Foracchi (1965; 1972); Britto (1968); Guilhon Albuquerque (1977), Saes (1978) entre outros. Ianni ancora o aparecimento político dos estudantes ao advento da sociedade capitalista. Para ele "os jovens assumem importância crescente no campo da política" (1968:225). Fato que ocorrem segundo o autor em função das bruscas transformações impulsionadas por este sistema sócio-econômico. Nota-se que Ianni procura compreender como estudantes de diferentes camadas sociais desenvolvem ações políticas que em certas situações são contrárias a condição da classe social a qual pertencem. Partindo desta compreensão histórico-estrutural, Ianni discute o inconformismo dos estudantes não apenas como um conflito de geração – como coloca

Karl Mannheim – nem como uma fase transitória da vida apenas, mas, para ele, este fenômeno também está associado à situação sócio-econômica do indivíduo. Já para a socióloga Foracchi, cada sociedade idealiza um tipo ideal de atitude para os estudantes e estabelece limites para que estes se incorporem dentro de sua dinâmica.

Merece atenção, também, a coletânea de textos relacionados à sociologia da juventude publicado a partir dos anos 60. A coletânea reuniu autores clássicos e contemporâneos tais como: Mannheim, Ianni, Foracchi, Eisenstadt, Flitner, Echevarría, Goodman, Passeron, Bourdieu entre outros. Estes textos descortinaram dois ângulos de estudos relacionados à “juventude considerada como elemento condicionado sócio-economicamente pela sociedade global”, e o de uma posição mais idealista sobre “juventude como promessa de uma nova sociedade” (Britto, 1968, p.12).

Já Guilhon Albuquerque (1977), dialogando com Alan Touraine, ao analisar o movimento estudantil, desprende-o das amarras funcionalistas pelas quais se articulam as reações do movimento estudantil dentro de situações estabelecidas. Para o autor, é importante, também, considerar a perspectiva de “projeto”, segundo a qual a análise do movimento estudantil deveria recair também sobre a capacidade de ação de seus atores sociais frente às opções políticas adotadas pelos seus militantes para inserção e/ou mudanças na sociedade a que estão relacionados.

João Roberto Martins Filho, por sua vez, incorpora a sua argumentação a tese defendida por Foracchi da vinculação dos estudantes a sua classe ao tempo e lugar social. Entretanto, “abre espaço para se considerar a possibilidade de que a vanguarda estudantil avance no sentido de superação de seus limites de classe” (1987, p. 31). Defende a idéia do “papel dos estudantes universitários como porta-vozes das expectativas das camadas médias brasileiras, diante do processo político do país” (1998, p.14), e que esse papel alinhava um fio condutor dos desdobramentos políticos organizados pelos estudantes no Brasil nos anos 60 e 70. Em seus trabalhos Martins Filho faz críticas à historiografia, pois, segundo ele, em sua maioria, colaboram com a construção de uma “auto imagem” progressista e revolucionária dos estudantes. Ainda respeito das contribuições de Martins Filho, a coletânea de estudos sobre o movimento estudantil por ele organizada, “1968 Faz 30 anos”. Mostra um movimento estudantil não mais centrado em um único viés, em um único espaço, mas articulada às especificidades e aos desdobramentos regionais.

Nas últimas décadas, tem se avolumado uma série de pesquisas que tomam como eixo central entender a rede de mobilizações articulada pelo movimento estudantil

no Brasil. Inserida neste universo de estudo, o uso da noção de classe, entendida a partir das reflexões de Thompson (2001), busca indagar em que condições se evidenciou historicamente a formação de uma cultura de classe entre os estudantes universitários em Sergipe no período de 1950 a 1987.

### **Uma história social dos universitários em Sergipe**

Voltando as palavras de Manuel de Santiago Menezes, ensejadas na abertura deste texto, observa-se o entendimento de que os estudantes universitários constituíam uma classe e como tal deveriam lutar “em prol” de seus interesses e do interesse do progresso do Brasil, mas que um protocolo de intenções anunciava, de modo antecipado, a dimensão que as atividades relacionadas à formação de cultural e social dos estudantes universitários deveria alcançar. Neste sentido, as repercussões das práticas culturais dos que ingressavam nas instituições de ensino superior em Sergipe, não demoraria a ultrapassar os limites institucionais e envolver as principais ruas do centro comercial e administrativo de Aracaju, Capital do Estado. Estabelecendo uma espécie de simbiose entre a cultura universitária e a cultura urbana.

Um exemplo desta questão foram os trotes praticados pelos calouros desfilando pelas principais ruas da cidade fantasiados, pulando e gritando. Instante de descontração com críticas debochadas a sociedade e, em por vezes, aos políticos. Irreverência que ganharia um tom ainda mais contestador durante os primeiros anos da ditadura militar, passando a despertar o olhar vigilante e controlador dos órgãos de segurança e informação no período mais recrudescido dos anos chumbo (CRUZ, 2008).

A atenção a estas práticas culturais e, porque não dizer sociais, é redimensionada nos anos 70 a partir do deslocamento das instituições de ensino superior, já reunidas em torno da Universidade Federal de Sergipe, fundada em 1968, do centro de Aracaju para o campus universitário em uma região afastada de São Cristóvão, município vizinho a Capital. Das ruas e praças a cultura de contestação estudantil, ainda que sobre vigilância, é deslocada para os corredores, bosques e o restaurante da universidade. Mas, vez por outra, retomavam a praça Camerino e o Centro de Cultura e Arte no centro de Aracaju para fazer reuniões e encontros culturais, assim como, aproveitaram as ruas e praças da cidade São Cristóvão durante a realização do Festival de Arte de São Cristóvão, evento cultural apoiado pela ditadura,

para tecer com criatividade, irreverência e um pouco de liberalidade suas críticas a sociedade e a política nacional a partir de Sergipe.

Entender o significado histórico da importância de formação deste ambiente de formação universitária pode ser melhor dimensionado a partir do conhecimento, ainda que breve, do processo de efetivação das primeiras instituições de ensino superior em Sergipe. Neste sentido, até a segunda metade do século XX, a formação universitária, em Sergipe, era reservada àqueles que tivessem recursos ou algum tipo de patrocínio pessoal para completar seus estudos universitários em outros estados da federação ou fora do país (SILVA, 2004).

Por outro lado, concomitantemente a efetivação das instituições de ensino superior não confessionais desenvolveram-se, também, as primeiras agremiações universitárias a exemplo do Centro Acadêmico Sílvia Romero – CASR, fundado em 17 de maio de 1951, pouco tempo depois da criação da Faculdade de Direito em Sergipe –, do Diretório Acadêmico Jackson de Figueiredo – fundado em 2 de junho de 1951 –, ligado à Faculdade Católica de Filosofia, do Diretório Acadêmico de Medicina “Dr. Augusto César Leite” – fundado em 05 de abril de 1961-, ligado à Faculdade de Medicina, do Diretório Acadêmico de Química “Dr. Antônio Militão de Bragança”, ligado a Faculdade de Química. Além dos registros da existência e funcionamento do diretório acadêmico de Serviço Social e Ciências Econômicas.

Seguindo o ritmo de criação dos centros acadêmicos, ainda em dezembro de 1951 é realizado o “I Congresso dos Estudantes de Sergipe” com representações de alunos dos cursos superiores então existentes no Estado (Jornal Academus, 21/12/1951). Iniciava-se, assim, o processo de constituição da entidade de representação dos universitários sergipanos e, sobretudo, observa-se a somação de estudantes universitários e secundaristas na configuração de uma classe social que tomava, gradativamente, consciência de si e de sua importância para a sociedade nacional e local. Embora esse segmento não se defina, a rigor, como uma representação sindical, a sua tomada de consciência deriva daquilo que Thompson assevera, sem radicalismos, como resultante dos “processos sociais através dos tempos” (2001, p.270).

A exemplo das demais UEE's, existentes em outros estados, as atribuições legais desta entidade representativa dos estudantes universitários em Sergipe estariam voltadas para a defesa dos interesses dos estudantes universitários e deveriam primar pelos seus interesses culturais e sociais. Autonomia e sintonia parecem ter sido características que enlaçaram a UEES e a UNE. Autonomia no que tange a sua

organização e capacidade de mobilização e debate em torno de temas de interesse. Um exemplo da sintonia da UEES com as lutas nacionais levantadas pela UNE foi o apoio conferido ao “Manifesto da UNE sobre o Petróleo”, amplamente difundidos pela imprensa estudantil do período (Jornal Academus, 1952, nº 4). De modo ainda mais evidente a participação dos estudantes universitários sergipanos, através da UEES, mostrasse ainda mais enlaçada nos debates relacionados aos Seminários Nacionais de Reforma Universitária e nos Seminários Estaduais de Reforma Universitária ocorridos em Sergipe nos início dos anos 60.

Na senda destas discussões, as manifestações políticas culturais dos estudantes universitários se apresentam como um campo de conhecimento revelador da postura que eles assumiram enquanto classe social em formação. Nos anos 70 e 80, por exemplo, a luta engendrada no processo de abertura política e de redemocratização do país também não dispensou o uso de “mecanismos de atração dos alunos que não fossem apenas chamadas políticas diretas, partindo por viés de natureza de produção artístico culturais é um pouco destes caminhos. (Antônio Bitencourt Júnior, líder estudantil nos anos 80, entrevistado em 06/11/2008).

### **Considerações finais**

O resultado destes processos sociais dos quais pelo menos uma parcela dos estudantes universitários tomaram parte, naquilo que mesuramos a título de reflexão como formação de uma cultura de classe, termina por integrar, fomentar e mesmo originar a filiação de alguns quadros do movimento estudantil a partidos políticos. Neste sentido, embora este texto ainda revele em sua redação um historiador-sociólogo que se enlaça e ganha um pouco mais de intimidade com a história social, para o escopo dessa discussão o que importa é apreender as experiências e as expectativas históricas que um estudo que toma como viés a formação de uma cultura de classe estudantil universitária pode revelar a partir do exame de diferentes registros históricos, sejam eles escritos ou orais. A localização destes registros e a sua escovação a contrapelo, parafraseando Walter Benjamin (2004, p.225), revelam evidências históricas sobre o tema em apreço.

### **Referências**

- ALBURQUERQUE, José Augusto Guilhon. *Movimento estudantil e a consciência social na América Latina*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
- BENJAMIN, Walter. *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. Tradução: Sérgio Paulo Rouanet, 7 ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- BRITTO, Sulamita (Org.). *Sociologia da juventude I: Da Europa da Marx à América Latina de Hoje*. Rio de Janeiro: Zahar, 1968.
- CRUZ, José Vieira da. Estudantes vigiados: órgãos de segurança e informação na Universidade Federal de Sergipe (1969-1977). *Ponta de Lança*, São Cristóvão v.2, n. 3, out. 2008 - abr. 2009, pp. 93-109.
- DESAN, Suzane. “Massas, comunidade e ritual na obra de E. P. Thompson e Natalie Davis”. In: HUNT, Lynn. *A Nova História Cultural*. São Paulo: Martins Fontes, 1995, pp 63-96.
- FORACCHI, Maria A. *O estudante e a transformação da sociedade brasileira*. São Paulo: Nacional, 1965.
- \_\_\_\_\_. *A juventude na sociedade moderna*. São Paulo: Pioneira, 1972.
- GROPPO, Luís Antônio. *Juventude: ensaios sobre sociologia e história das juventudes modernas*. Rio de Janeiro: DIFEL, 2000.
- GUILHON ALBUQUERQUE, J. A. *Movimento estudantil e consciência na América Latina: teoria e método sociológico*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
- HOBBSAWM, Eric. *Sobre História: ensaios*. Tradução: Cid Knipel Moreira. 2 ed. São Paulo, Companhia das Letras, 2007.
- IANNI, Otávio. “O Jovem Radical” in: BRITTO, Sulamita (Org.). *Sociologia da juventude I: Da Europa da Marx à América Latina de Hoje*. Rio de Janeiro: Zahar, 1968, p. 225-242.
- MANNHEIM, Karl. “O problema da juventude na sociedade moderna” in: Sulamita Britto (Org.). *Sociologia da Juventude I*. Rio de Janeiro, Zahar, 1968,p. 69-94;
- MARTINS FILHO, João Roberto. *Movimento estudantil e a ditadura militar*. São Paulo: Papyrus, 1987.
- \_\_\_\_\_. *1968 faz 30 anos*. Campinas/SP: Mercado das Letras; Paulo, SP: Editora da Universidade de São Carlos, 1998.
- MARX, Karl. *O 18 Brumário e cartas a Kugelmann*. 7a. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.
- MENDES JÚNIOR, Antônio. *Movimento estudantil no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- PINTO, Álvaro Vieira. *A questão da universidade*. 2ed. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1986.
- POERNER, Artur José. *O poder jovem*. 2ª. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.
- SILVA, Eugênia Andrade Vieira da. *A formação intelectual da elite sergipana (1822-1889)*. São Cristóvão: UFS, 2004. (Dissertação de mestrado).
- THOMPSON, E. P. *Peculiaridades dos Ingleses e outros artigos*. (Org.) Antonio Luigi Negro e Sergio Silva. Campinas: Editora da UNICAMP, 2001.

\_\_\_\_\_. *Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional*. Tradução de Rosaura Eichenberg. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.